

Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição



Natália Bolfarini Tognoli
Universidade Estadual Paulista
nataliatognoli@marilia.unesp.br



Thiago Henrique Bragato Barros
Universidade Federal do Pará
thiagobarros@ufpa.br

1 Introdução

A Classificação e a Descrição são atividades nucleares no processo de organização e representação de arquivos. Esse conhecimento pode ser entendido como todo conhecimento gerado a partir das atividades realizadas por pessoas físicas ou jurídicas e que resultam em informações orgânicas.

Na Arquivística, o princípio de respeito aos fundos – ou princípio da proveniência, desde a segunda metade do século XIX, é considerado o mais importante nos processos de organização e representação. Estabelecido em 1841, devido à necessidade do governo francês de solucionar os problemas de acumulação desordenada de documentos nos Arquivos Nacionais após a Revolução Francesa, o princípio estabelece que os documentos que são produzidos ou acumulados por uma pessoa ou instituição devem ser agrupados e mantidos juntos, gerando, assim, os chamados *fundos de arquivo*.

Para Duchein (1983, p. 64) “a definição mais simples de *respeito aos fundos* significa agrupar, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de todo tipo) criados e recebidos por uma administração, estabelecimento, pessoa ou corporação.

Neste sentido, compreende-se que os documentos reunidos em fundos e/ou coleções refletem o conhecimento produzido sobre uma pessoa ou instituição específica, atuando três principais atores neste contexto: (1) o criador (autor), que é a pessoa física ou jurídica responsável pela criação dos documentos; (2) o usuário, que irá utilizar o

documento para fins de prova, administrativa, legal, social, histórica e/ou científica, e (3) Os gestores, arquivistas, documentalistas, ou seja, os atores responsáveis de algum modo pela organização e socialização destas informações.

Portanto, acredita-se que seja possível compreender o trabalho de representação arquivística como uma forma de organização do conhecimento, ou seja, o arquivista e a Arquivística como área com relação interdisciplinar com a Organização do Conhecimento, definida por Hjørland (2008, p. 88) como “as atividades de descrição, indexação e classificação de documentos realizadas em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, e arquivos”.

Apresenta-se, aqui, os elementos históricos e conceituais do processo de representação, com foco nas atividades de classificação e descrição enquanto fundamentais para organização e acesso ao conhecimento gerado a partir das informações orgânicas. Para tanto, seguiremos aqui, a lógica da classificação enquanto a primeira atividade no processo de representação precedendo a descrição.

As atividades de descrição e classificação são, para os arquivos, o que são as atividades de classificação, catalogação e indexação para as bibliotecas, ou seja, a organização do conhecimento arquivístico em si.

Pretende-se com este percurso histórico-conceitual aproximar processos típicos dos arquivos à teoria desenvolvida no espaço teórico-conceitual da Organização do Conhecimento.

2 Classificação Arquivística: Elementos chave para a organização do conhecimento

A Classificação na realidade dos arquivos é considerada uma atividade limítrofe na medida em que constrói uma ponte entre as atividades de gestão e as atividades de acesso e preservação documental.

As atividades de classificação, assim com a descrição, foram as primeiras atividades a serem de algum modo conceituadas na teoria e prática arquivística, desenvolvida a partir do século XIX.

Os princípios básicos da proveniência e ordem original irão estabelecer-se desde o final do século XIX como fundamentais para a organização dos arquivos.

No início do século XX, a classificação dá um pequeno salto com as reconsiderações a respeito do tema publicadas por Hillary Jenkinson, em 1922. Para o autor, a classificação é dividida em duas partes "a primeira estuda a administração da instituição, sua história e organização; a segunda divide os arquivos em classes e suas subdivisões (JENKINSON, 1922, p. 81, tradução nossa)".

A classificação, enquanto teoria, desenvolve-se de maneira plena a partir da década de 1950-1960 com as publicações de Theodore R. Schellenberg, Oliver W. Holmes, Ernest Posner, Petter Scott, dentre outros arquivistas e pesquisadores dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos e da Austrália.

Ao mesmo tempo em que a disciplina avança de maneira profunda, a partir da década de 1950, ocorre uma ruptura que irá perpetuar-se ao longo das décadas até a atualidade.

Trata-se da separação de certas atividades e conceitos determinados pela fase em que os documentos se encontram.

Uma das instituições responsáveis por esse acontecimento é o Arquivo Nacional Americano, centralizado na figura de Theodore R. Schellenberg, que difundiu e popularizou seus métodos, separando a classificação como uma atividade típica de arquivos ativos o arranjo aos arquivos permanentes, dando início de uma ruptura sistemática na disciplina.

Observa-se que anteriormente não existia uma diferença entre essas funções, e o uso mais corrente era do termo arranjo para designar coisas que, para a arquivística americana, depois de década de 1950, são diferentes. Eastwood faz uma ponderação fundamental a respeito desse problema terminológico-conceitual:

A escolha da palavra "arranjo" como nome deste processo é infeliz. Denota colocar coisas de um modo aceitável, em uma ordem conveniente, e como arranjar livros em uma prateleira. A palavra classificação não é mais satisfatória, neste caso denota o arranjo ou a ordenação de coisas por classes e é um termo melhor reservado na arquivística para o processo de organizar documentos ativos. (EASTWOOD, 2000, p. 93, tradução nossa)

A classificação por funções é hoje, ao mesmo tempo, o trunfo e o simulacro da arquivística, no sentido de que para alguns autores é por esse olhar que se define a atividade como, por exemplo, para Shepherd and Yeo (2003, tradução nossa):

"Esquemas de classificação são baseados na análise das funções, processos e atividades"

A classificação é uma atividade gerencial e de planejamento não só para os arquivos, mas para as administrações que geraram os documentos. Assim, a construção do plano de classificação deve contemplar as relações entre os documentos, mas não só essas, também, as relações entre os documentos e as pessoas, assim, o sistema de classificação se tornaria uma ferramenta útil e facilitadora da descrição e avaliação dos documentos.

Assim, a classificação funciona como a base para todos os processos de organização de arquivos e evidentemente para a representação do conhecimento arquivístico.

3 A Descrição Arquivística: elementos históricos e conceituais

A palavra descrição é originada do termo latino *descriptio*, originado do termo *describere*, que significa transcrever, copiar, narrar, definir, distribuir, colocar em classes, escrever sobre. Portanto, o termo descrição arquivística significa, literalmente, **escrever sobre o material arquivístico** e abarca as ideias de representação, identificação e organização.

Essa atividade de descrever sobre os documentos de arquivo esteve presente desde os tempos mais remotos, e seus objetivos mudaram com o passar do tempo.

Na Antiguidade, por exemplo, repertórios de documentos eram construídos em tábuas de argila, e serviam para impedir a consulta direta aos documentos e manter o conteúdo dos arquivos em caso de deslocamento repentino ou em caso de guerra ou fogo. Neste caso, o ato de descrever estava ligado à preservação dos registros.

Na Idade Média, inventários eram compilados com o objetivo de fornecer provas da existência de documentos; ou armazenar o material preservado para os sucessores custodiadores. Aqui, além de preservar os documentos, a descrição tinha um objetivo jurídico (pois fornecia prova da existência dos documentos) e administrativo, uma vez que possibilitava ao custodiador dos documentos manter o controle sobre os fundos e facilitar a recuperação da informação para fins de valor primário).

A necessidade de controle físico e administrativo foi sutilmente sentido, não apenas para efeito de uma recuperação efetiva e arranjo físico, mas também para garantir que os repositórios arquivísticos servissem sua função de “memória perpétua”. Memória perpétua é um conceito jurídico segundo o qual os documentos preservados em arquivos são provas autênticas e permanentes de ações passadas. Essa ideia governou todo o trabalho arquivístico até o século XVIII, e foi a principal razão para a preservação, assim como para a descrição do material arquivístico (DURANTI, 1993, p. 49).

Apesar de o ato de descrever documentos exista desde a Antiguidade, o termo “descrição arquivística” e sua junção à classificação, enquanto duas atividades integradas, datam do século XIX, fruto do movimento historiográfico e científico da época que passam a entender o documento de arquivo como testemunho para os estudos do passado relacionado fundamentalmente com os documentos medievais.

Durante esse período, mais um objetivo é adicionado à atividade de descrever: fornecer acesso aos documentos. Com a abertura dos arquivos ao cidadão, depois da Revolução Francesa, percebe-se que mais pessoas além do criador e de alguns estudiosos acadêmicos, começam a usar o material arquivístico. Logo, faz-se necessário uma adaptação e redirecionamento da atividade de descrição, como destaca Duranti (1993, p. 50)

[...] a descrição vem perdendo progressivamente seus objetivos de prestar contas dos fundos da instituição arquivística, facilitando a recuperação física de documentos e fornecendo acesso à informação. Esses objetivos são agora preenchidos pela compilação de registros de acesso, listas de localização, índices e todos os tipos de instrumentos de recuperação. O principal objetivo de escrever sobre os documentos é destacar as relações contextuais e de proveniência.

Portanto, a partir do século XX, a descrição começa a se preocupar menos com a criação de simples instrumentos de pesquisa e substitutos dos documentos, e passa a focar na relação do documento com seu contexto, trabalhando em paralelo com a classificação. Pode-se dizer, então, que descrever é um processo que permite ao arquivista representar – no sentido mais denotativo do termo - todo o conhecimento que é mantido em seu arquivo.

Para Rodrigues (2003, p. 217) a descrição é uma função-chave no que diz respeito à representação das informações arquivísticas e na possibilidade de acesso a elas. Esta representação vai além do documento, perpassando suas **funções** e seus **órgãos**

produtores. Neste sentido, o princípio de respeito aos fundos exerce, mais uma vez, um papel central no estabelecimento dos níveis que serão descritos.

A compreensão da descrição e classificação enquanto atividades conjuntas possibilita a existência de relações interdisciplinares entre a Arquivística e a Organização do Conhecimento, possibilitando à primeira novas abordagens teórico metodológicas.

4 Considerações

A Arquivística possui um desenvolvimento teórico recente no que se refere a suas bases conceituais e seu desenvolvimento metodológico. Buscou-se apresentar aspectos integradores da teoria Arquivística, passíveis de relações com a organização do conhecimento visando uma apropriação por parte de ambas as áreas, uma vez que, os arquivos tornam-se um espaço de aplicação de metodologias da organização do conhecimento e a Arquivística ganha um novo espaço para discussão de seus preceito histórico-conceituais.

Ambas as áreas só têm a ganhar com relações desta natureza e estudos como este devem correr com mais frequência e profundidade visando um aumento do aparatos metodológicos neste universo.

Referências

DUCHEIN, M. Theoretical principles and practical problems of respect des fonds in Archival Science. **Archivaria**, 16 (summer), p. 64-82, 1983.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of Archival Description. **Archivaria**, 35 (Spring), p. 47-54, 1993.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

Hjørland, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**. 35 (2) p. 86-102, 2008.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES, G.M.; LOPES, I.L.(Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.

SABOURIN, P. Constructing a functional-bases records classification system: business activity structure classification system. **Archivaria**, n. 51, p. 137-154, 2001.

SHEPHERD, E. & YEO, G. **Managing records**: a handbook of principles and practice. London: Facet, 2003.